

## Relatório da Administração

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.  
CNPJ nº 04.416.923/0001-80

**Aos acionistas:** A Administração da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - "ETEP", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - "ETEP" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 43/2001 - ANEEL, datado de 12 de junho de 2001, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi outorgada à companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na

implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 500 kV e subestações, com 323 km de extensão, com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará. Em 2009, a companhia constituiu a controlada ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A., com participação de 100%, que possui Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Sistema de transmissão:** O sistema da ETEP integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A companhia auferirá a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2013	2012
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100,00	100,00

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P & D:** Em 2013 a ETEP realizou os projetos: 1. Extração de pequenos blocos de potência nas proximidades de linhas de transmissão de alta tensão, 2. Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica, 3. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 4. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aprimorada, 5. Sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento de Cabeça de Série, 6. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 7. Gestão 2012, 8. Gestão 2013. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site [www.tbe.com.br](http://www.tbe.com.br). **Responsabilidade socioambiental:** Como forma de

incentivo à cultura e ações sociais, a ETEP está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: Instituto Tomé Otate e Aeroelube de Bauru, além de doações para 5 instituições APAE's nos estados de São Paulo e Minas Gerais. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2013 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	40.302	49.723
EBITDA	61.240	60.342

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

## Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucros antes da contribuição social e imposto de renda	67.255	53.958	68.087	55.703
<b>Itens que não afetam as disponibilidades</b>				
Depreciação e amortização	17	35	17	35
Equivalência patrimonial	(10.192)	(1.298)	-	-
Juros e variação monetária	4.738	5.951	6.412	5.974
Receita de aplicações financeiras	(1.491)	(1.797)	(2.426)	(1.922)
<b>60.327</b>	<b>56.849</b>	<b>72.090</b>	<b>59.790</b>	

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>(Aumento) redução no ativo</b>				
Titulos e valores mobiliários	-	4.266	-	4.266
Contas a receber ativo financeiro	(1.208)	548	(24.949)	(50.022)
Impostos a recuperar	131	1.774	995	6.625
Adiantamentos a fornecedores	(60)	310	4.149	13.600
Estoques	(32)	86	(50)	86
Devedores diversos	393	(1.731)	366	(1.715)
Partes relacionadas	-	(4.900)	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	64	(366)	4.186	2.161
Tributos e contribuições sociais pagas	(8.029)	(7.254)	(8.055)	(7.359)
Taxas regulamentares	293	396	457	396
Credores diversos	(375)	1.872	(307)	1.934
Adiantamento de clientes	(1.514)	(515)	(1.514)	(515)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>49.990</b>	<b>51.335</b>	<b>47.368</b>	<b>23.247</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Resgate de aplicações financeiras	73.549	69.523	97.892	79.357
Aplicações financeiras	(56.712)	(59.590)	(69.656)	(76.280)
Aporte de capital na controlada	-	(4.000)	-	-
Aplicações no imobilizado	(5)	21	1.239	(1.028)
Aplicações no intangível	(287)	(117)	(309)	(131)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>16.545</b>	<b>5.837</b>	<b>29.166</b>	<b>1.918</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(38.348)	(37.388)	(38.348)	(37.388)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	-	4.326	32.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(18.824)	(19.782)	(21.957)	(19.782)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos líquido no caixa e equivalente de caixas</b>	<b>(57.172)</b>	<b>(57.170)</b>	<b>(55.979)</b>	<b>(25.170)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	81	79	98	103
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9.444	81	20.653	98

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixas</b>	<b>9.363</b>	<b>2</b>	<b>20.555</b>	<b>(5)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição. O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos. **3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos, A preparação das demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas baseiam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais passivas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **3.1. Perda por redução de valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria o base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolção. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução do provável valor de recuperação dos ativos. **3.1.2. Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.1.3. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos para avaliação. **3.1.4. Provisão para litígios:** A Companhia reconhece provisões para ações ambientais, fiscais, civis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.1.5. Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro. **3.1.6. Movimento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes do ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o seu reconhecimento ocorre no momento de início da obra, com o comprometimento de recursos para a realização da obra. **3.1.7. Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros:** A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados

## Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.444	81	20.653
Investimentos de curto prazo	5	-	14.751	-
Titulos e valores mobiliários	6	-	-	1.215
Contas a receber ativo financeiro	7	86.495	81.622	98.547
Impostos a recuperar	8	1.180	1.311	1.468
Estoques	-	1.868	1.836	1.886
Dividendos a receber	-	2.421	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	105	45	404
Outras contas a receber	-	2.043	1.881	2.053
<b>103.556</b>	<b>101.527</b>	<b>126.226</b>	<b>127.805</b>	

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	19	4.900	4.900	-
Titulos e valores mobiliários	6	2.152	2.747	2.152
Contas a receber ativo financeiro	7	120.385	124.500	195.453
Outros ativos	-	1.700	2.255	1.732
Investimentos	9	47.754	39.983	-
Imobilizado	-	88	100	269
Intangíveis	-	505	219	541
<b>177.484</b>	<b>174.254</b>	<b>200.147</b>	<b>185.282</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>281.040</b>	<b>275.781</b>	<b>326.373</b>	<b>313.087</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>89.390</b>	<b>11.914</b>	<b>7.798</b>	<b>10.639</b>
Aumento/redução de capital	7.798	-	(7.798)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.486
Dividendos declarados	-	-	-	(10.639)
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-
Reserva legal	-	2.324	-	(2.324)
Incentivo fiscal	-	-	7.950	(7.950)
Dividendos intermediários	-	-	-	(20.440)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	(6.311)
Reserva de lucro do exercício	-	-	3.872	5.589
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>97.188</b>	<b>14.238</b>	<b>7.950</b>	<b>5.589</b>
Aumento/redução de capital	7.950	-	(7.950)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	49.723
Dividendos declarados	-	-	-	(5.589)
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-
Reserva legal	-	2.487	-	(2.487)
Dividendos intermediários	-	-	-	(26.825)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	(5.934)
Reserva de lucro do exercício	-	-	9.417	5.060
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>14</b>	<b>105.138</b>	<b>16.725</b>	<b>62.407</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - "ETEP" (a "Companhia" ou "ETEP") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Tenente Neegrão, 156 - 6º andar - Sala B - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP da ETEP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

	Contrato de concessão		Índice de correção	
	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (%)
ETEP	43/2001	30	2031	77,376
ESDE	25/2009	30	2039	10,756

(\*) A RAP da ETEP está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.559/2013. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia informa que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. A Companhia e sua controlada operam exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreendem: a) as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado"; b) as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estas identificadas como "Controladora" ou "Individuais". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertos pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional é determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: (i) detém mais do que metade do poder de voto; (ii) governa as suas políticas finance

